

02 jan 2007 / 00:00

## Processo de revisão do ECD: Primeiro-Ministro está a mentir!

**Só por desconhecimento, distração ou tentativa de enganar a opinião pública**, o Primeiro-Ministro, José Sócrates, poderá ter afirmado que as organizações sindicais de docentes teriam, finalmente, concordado com a introdução de mecanismos de avaliação do desempenho na carreira docente e com a sua divisão em duas categorias.

Relativamente à **avaliação do desempenho**, os Sindicatos de Professores concordam com a sua existência há, pelo menos, 16 anos, ou seja, desde que foi aprovado o primeiro Estatuto da Carreira Docente. O que tem separado **e continua a separar!** os Sindicatos, do Ministério da Educação, é que, para as organizações sindicais, a avaliação de desempenho deverá ter um carácter essencialmente formativo, servindo para melhorar a qualidade do desempenho dos docentes. Já para o ME, os objectivos são outros: castigar os professores, retirar-lhes tempo de serviço que cumpriram, impedi-los de chegar ao topo da carreira e, em situação limite, expulsá-los da profissão. **Daí que, também sobre esta matéria, as divergências entre os Sindicatos e o Ministério da Educação se mantenham!**

A admissão, **em sede de negociação e num esforço extraordinário de procura de consenso**, de uma eventual aceitação do modelo (do modelo!) proposto pelo ME, dependeria sempre da sua disponibilidade para deixar cair os constrangimentos de carreira que propõe (quotas e vagas). O ME não aceitou o esforço sindical, logo essa flexibilidade negocial assumida pelos Sindicatos, deixou de existir!

Quanto às duas categorias, trata-se de outra **questão fracturante** no actual processo de revisão que, na reunião realizada ontem com o ME, ocupou a maior parte da discussão. Para os Sindicatos de Professores, a existência de duas categorias significaria a negação da própria profissão, pois deixaria a meio da carreira milhares de professores e educadores que são dos melhores que existem nas escolas!

Já a admissão (admissão!) de introduzir no debate a existência de um ou dois patamares salariais (**que não se confundem com categorias!**) de acesso condicionado, para os Sindicatos dependeria de um compromisso a assumir pelo ME: **nenhum professor ou educador actualmente no sistema poderia ser impedido de atingir o actual topo da carreira (10º escalão - índice salarial 340), pelo que tais escalões, a existirem, teriam sempre de ser superiores ao actual topo**. Este compromisso exigido pelos Sindicatos foi desde logo recusado pelo ME, pel que tal discussão terminou no momento em que se colocou!

Assim sendo, o desacordo global manifestado pelas 14 organizações sindicais de docentes que constituem a Plataforma Sindical de Professores mantém-se em absoluto e a FENPROF exige que o Primeiro-Ministro, José Sócrates, corrija as suas afirmações, pois **fica mal a um governante com as responsabilidades de Primeiro-Ministro, de fazer afirmações que não são verdadeiras!**

Por fim, a FENPROF apela aos professores e educadores para que se mantenham atentos, pois, como se prova, o Governo, neste momento, não olha a meios para atingir os seus fins que parecem ser a criação de confusão e de divisões entre os professores. A consulta dos sites dos Sindicatos da FENPROF será sempre o meio de informação mais adequado sobre o ponto da situação negocial.